

A DINÂMICA DA FORMAÇÃO DE GRANDES COMPLEXOS AGROINDUSTRIAIS COOPERATIVOS DO SUL DO BRASIL: DA DÉCADA DE 1950 AOS ANOS 2000¹

THE DYNAMICS OF THE FORMATION OF LARGE AGRICULTURAL COMPLEXES IN SOUTHERN BRAZIL: FROM THE 1950s TO THE 2000s

LA DINÁMICA DE LA FORMACIÓN DE GRANDES COMPLEJOS AGRÍCOLAS EN EL SUR DE BRASIL: DESDE LOS AÑOS 1950 A LOS 2000

Wilian Padilha²

wilian_padilha@hotmail.com

Fernando Rodrigo Farias³

fernando.rodrigo@ufms.br

Carlos José Espíndola⁴

carlos.espindola@ufsc.br

Resumo: A partir dos anos 1950, acompanhando e integrando-se ao desenvolvimento do capitalismo industrial brasileiro, o cooperativismo agropecuário da Região Sul manifestou acelerado crescimento socioeconômico e espacial, tendo no Rio Grande do Sul o centro mais dinâmico das cooperativas regionais. Nos anos 1980, em meio à crise política e econômica brasileira, as cooperativas adotaram estratégias de reestruturação produtiva e administrativa, impulsionando os complexos agroindustriais cooperativos, principalmente no Paraná e Santa Catarina, que se tornaram o centro dinâmico do setor no Sul, com a presença das maiores cooperativas agropecuárias que, nos anos 2000, se consolidaram como as maiores empresas do agronegócio nacional. O objetivo do artigo é analisar o processo de formação e evolução dos complexos agroindustriais do cooperativismo agropecuário na Região Sul do Brasil, entre 1950 e 1970, e seu movimento de adaptação e superação da crise no pós-1980.

Palavras-chave: Cooperativismo agropecuário. Região Sul. Complexos agroindustriais.

Abstract: After the 1950s, accompanying and integrating the development of Brazilian industrial capitalism, agricultural cooperativism in the South Region showed socioeconomic and spatial growth, with Rio Grande do Sul being the most dynamic center of regional cooperatives. In the 1980s, during the Brazilian political and economic crisis, cooperatives adopted strategies for productive and administrative restructuring, boosting cooperative agro-industrial complexes, especially in Paraná and Santa Catarina, which became the dynamic center of the sector in the South, with the presence of the largest agricultural cooperatives that, in the 2000s, consolidated themselves as the largest companies in the national agribusiness. The aim of the article is to analyze the process of formation and evolution

¹ O presente trabalho recebeu apoio da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

² Doutor em Geografia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), professor e pesquisador do Instituto Federal do Paraná - IFPR.

³ Doutor em Geografia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), professor e pesquisador da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS/CPAQ.

⁴ Doutor em Geografia pela Universidade de São Paulo (USP), Pós-Doutor pela Universidade Autônoma de Barcelona, professor e pesquisador do Departamento de Geociências da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC.

of the agro-industrial complexes of agricultural cooperatives in the Southern Region of Brazil, between 1950 and 1970, and their movement to adapt and overcome the crisis after 1980.

Keywords: Agricultural cooperativism. South region. Agro-industrial complexes.

Resumen: A partir de la década de 1950, acompañando e integrando el desarrollo del capitalismo industrial brasileño, el cooperativismo agrícola en la Región Sur manifestó un acelerado crecimiento socioeconómico y espacial, siendo Rio Grande do Sul el centro más dinámico de cooperativas regionales. En la década de 1980, en medio de la crisis política y económica brasileña, las cooperativas adoptaron estrategias de reestructuración productiva y administrativa, impulsando complejos agroindustriales cooperativos, principalmente en Paraná y Santa Catarina, que se convirtieron en el centro dinámico del sector en el Sur, con la presencia de las mayores cooperativas agrícolas que, en la década del 2000, se consolidaron como las mayores empresas del agronegocio nacional. El objetivo del artículo es analizar el proceso de formación y evolución de los complejos agroindustriales de cooperativas agrícolas en la Región Sur de Brasil, entre 1950 y 1970, y su movimiento para adaptarse y superar la crisis posterior a 1980.

Palabras clave: Cooperativismo rural. Región Sur. Complejos agroindustriales.

INTRODUÇÃO

O objetivo central do presente artigo é analisar o processo de formação e desenvolvimento dos complexos agroindustriais do cooperativismo agropecuário nos três estados da Região Sul do Brasil, entre as décadas de 1950 e 1970, e seu dinamismo de adaptação e superação da crise nas décadas de 1980 e 1990, que culminaram nos projetos de reestruturação econômica do setor. Ambos os momentos foram fundamentais na construção do cooperativismo agropecuário regional e sua investigação é pré-condição para compreensão da atual magnitude do setor no Sul.

O cooperativismo agropecuário do Sul do Brasil, em especial após a década de 1950, desenvolveu-se vinculado aos ciclos do capitalismo brasileiro e ao processo de industrialização via substituição de importações. Antes disso, o setor exercia um papel mais ligado aos anseios dos produtores rurais que vislumbravam no cooperativismo uma possibilidade para atender a seus objetivos de crescimento econômico, melhoria na viabilidade produtiva das propriedades e na sobrevivência diante da concorrência com o comércio privado.

Entretanto, com a avanço do capitalismo no meio rural e urbano no pós-1950⁵ e o crescente interesse do Estado, o cooperativismo integrou-se cada vez mais à dinâmica de desenvolvimento da economia brasileira, assumindo sua função na difusão das tecnologias

⁵ O período pós-1950, no âmbito do desenvolvimento da agricultura global, é chamado de “Revolução Verde”. No Brasil, usa-se também o termo “Modernização da Agricultura” para designar o avanço do capitalismo no meio rural nesse contexto.

agrícolas modernas, integração de inúmeros produtores ao mercado e às políticas agrícolas e produção de matérias-primas e alimentos para o comércio interno e externo. Surge e prolifera nesse contexto o modelo de cooperativas agroindustriais em todo o Sul – primeiro no Rio Grande do Sul e depois em Santa Catarina e no Paraná.

A situação de crise nos anos 1980 e 1990 pressionou pela reestruturação produtiva, financeira e gerencial das cooperativas sulistas, que, por um lado, levou a um enorme número de fusões e liquidações, mas, por outro, fez emergir grandes cooperativas que atualmente figuram entre as maiores empresas do agronegócio nacional.

A segunda metade do século XX marca, ainda, a alteração na dinâmica regional do cooperativismo meridional. Até meados dos anos 1970, o centro mais dinâmico e desenvolvido do setor localizava-se no Rio Grande do Sul. Com a expansão das cooperativas paranaenses e catarinenses, o centro dinâmico do cooperativismo migra para esses estados, sobretudo depois da crise nos anos oitenta e noventa (FARIAS, 2015).

No âmbito mais recente, após 2000, as cooperativas assumem posições de destaque na produção e industrialização agropecuária nos estados do Sul. O novo momento do setor acompanhou o crescimento econômico do país, quando as cooperativas buscaram concentrar seus esforços na ampliação de mercados, suscitando novas estratégias de ação, como modernização produtiva, gerencial, de marketing e integração ao mercado financeiro.

Do ponto de vista metodológico⁶, o artigo resultou do levantamento e análise de bibliografias sobre a economia brasileira e o cooperativismo agropecuário no âmbito nacional e na Região Sul⁷. Além disso, foram coletados dados estatísticos das cooperativas e das

⁶ O método utilizado foi o exploratório empírico-analítico. A abordagem exploratória adota a busca de mais informações a respeito de certo assunto, envolvendo o levantamento bibliográfico e documental, entrevistas e estudos de caso, e as abordagens empíricas analíticas apresentam em comum a utilização de técnicas de coleta, tratamento e análise de dados marcadamente quantitativa (GIL, 2008). Sendo assim, o artigo desenvolveu-se por meio de dois pontos principais: o levantamento e análise bibliográfica e a coleta e tratamento de dados. Na análise bibliográfica e documental foram observados os trabalhos de diversas fontes relacionados à temática e foram importantes na medida que possibilitarão o entendimento dos aspectos históricos, políticos e socioeconômicos em torno do cooperativismo regional e brasileiro. Já os dados estatísticos empregados no texto foram coletados em relatórios, publicações ou bancos de dados de instituições representativas do cooperativismo, como a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), a Organização das Cooperativas do Estado do Paraná (OCEPAR), a Organização das Cooperativas do Estado do Rio Grande do Sul (OCERGS), a Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina (OCESC) e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Os dados forneceram um panorama quantitativo sobre o setor no Brasil e na Região Sul, permitindo também análises de evolução temporal e espacial.

⁷ Alguns autores importantes utilizados no presente artigo e indicados para maior compreensão da gênese e evolução do cooperativismo agropecuário da Região Sul são: Benetti (1985; 1992), que trata do dinamismo de formação do cooperativismo agropecuário tritícola do estado do Rio Grande do Sul, considerado um dos berços do surgimento e desenvolvimento do setor; Seabra (1977), uma importante obra sobre a formação do cooperativismo de origem japonesa na Região Sudeste e que se estende para compreensão do cooperativismo em áreas específicas dos estados do Sul, principalmente Paraná e Santa Catarina; Gonçalves (1987), que detalha

políticas agrícolas, que auxiliaram no estudo acerca da evolução econômica e histórica do setor.

Por fim, o texto divide-se em dois momentos: o primeiro refere-se ao panorama do cooperativismo agropecuário do Sul do Brasil, no pós-1950, e o segundo destaca os impactos da crise econômica e a reestruturação do setor a partir da década de 1980.

O COOPERATIVISMO AGROPECUÁRIO DO SUL DO BRASIL NO PÓS-1950

A origem do cooperativismo na Região Sul do Brasil remonta do final do século XIX e início do século XX, quando surgiram as primeiras associações vinculadas às comunidades de imigrantes europeus, sobretudo alemães e italianos, no Rio Grande do Sul. Logo em seguida, foram criadas cooperativas em Santa Catarina e no Paraná, com papel igualmente importante dos grupos imigrantes que se instalavam nos estados. Em geral, nessa fase inicial do cooperativismo rural no país, as instituições destinavam-se a atender às necessidades mais básicas dos associados, na obtenção de bens domésticos e para a produção e na comercialização dos excedentes, com presença mínima do estado (FLEURY, 1983; CORADINI; FREDERICQ, 1982).

As décadas de 1930 e 1940 marcaram o avanço do cooperativismo pelo país e, notadamente, no Sudeste e na porção meridional⁸. A aproximação com o estado, com regulamentação legal, incentivos fiscais, tributários e creditícios, foi central para ampliação do setor, que, em resposta à demanda crescente decorrente do processo de urbanização e industrialização, aumentou em número de instituições e de produtores sócios (PADILHA, 2019).

Contudo, foi a partir da década de 1950 que o cooperativismo acelerou sua importância econômica e social no campo brasileiro. Durante o período de modernização do campo, as cooperativas foram amplamente apoiadas pelo governo federal e registraram

a respeito do progresso do cooperativismo e de sua integração à dinâmica capitalista no campo brasileiro nos anos 1960, 1970 e 1980; Delgado (1985), que avaliou a expansão do capital financeiro na agricultura brasileira e sua relação com o processo de modernização da agricultura e consequente expansão do cooperativismo; Silvestrin (1999), que faz um estudo do surgimento e desenvolvimento do cooperativismo do estado de Santa Catarina; Ipardes (1974), que apresenta, com riqueza de dados e detalhes, o surgimento e evolução do cooperativismo agropecuário no Paraná; Alves (2003), que aborda o papel do BRDE no processo de formação e consolidação do cooperativismo na Região Sul; Farias (2015), que disserta acerca da formação e dinâmica geoeconômica do cooperativismo no Sul nos anos 1980, 1990 e 2000; e Padilha (2019), que analisa a expansão do cooperativismo agropecuário da Região Sul, especialmente das grandes cooperativas agroindustriais, a partir dos anos 2000, e sua relação com o capitalismo financeiro público e privado.

⁸ De acordo com IBGE (1946), entre 1932 e 1940 foram fundadas 1.752 cooperativas agropecuárias no Brasil.

grande expansão territorial e produtiva, adentrando na produção industrial e difundindo as bases da agricultura capitalista. Conforme Benetti (1992), nesse contexto, o processo de industrialização brasileira e o cooperativismo agropecuário no Sul do Brasil apresentaram certa sinergia estrutural. Ao mesmo tempo em que se desenrolava um dos períodos mais férteis do avanço industrial brasileiro, começava a surgir no Rio Grande do Sul, por consequência, as grandes cooperativas agropecuárias ligadas ao setor de trigo.

Constata-se que o período entre 1950 e 1970⁹ correspondeu ao momento de surgimento das maiores e atuais grandes cooperativas agropecuárias do Sul do Brasil, ou seja, assinala a gênese do chamado cooperativismo agroindustrial ou empresarial, um novo modelo de cooperativa, integrada à dinâmica do capitalismo que avançava na agricultura.

Como apontaram Gonçalves e Vegro (2004), após os anos 1950 e 1960, acompanhando o movimento da industrialização da agropecuária, as cooperativas rurais adentraram na produção agroindustrial e o setor passou por um processo de integração vertical montante (produção de insumos) e jusante (agroindustrialização). A partir desse momento, as cooperativas deixaram de ser uma simples resposta à intermediação do capital comercial tradicional e passaram a ser concorrentes do capital produtivo, organizando sua produção com vistas à industrialização, participando de forma mais ativa na economia nacional. Justamente por isso que o marco inicial da análise histórica do presente artigo é a década de 1950.

Gonçalves (1987) destaca que, entre 1950 e 1970, o número de agricultores associados em cooperativas nas Regiões Sul e Sudeste aumentou mais de cinco vezes: em 1950 havia 118.060 associados e, em 1970, passou para 605.607. Se se considerar a década de 1980, esse número ultrapassou 1,2 milhão de associados.

De acordo com Suzigan e Furtado (2006), o período em questão foi de grande crescimento econômico em virtude das políticas industriais fomentadas pelo governo brasileiro, com destaque para o Plano de Metas, do governo Juscelino Kubitschek (JK), e do II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), que se caracterizou pela substituição de importações de bens de capital e insumos básicos pautado no tripé Estado – Multinacionais – Grande Empresa Nacional.

⁹ Farias (2015), ao analisar o surgimento das cooperativas do Sul do Brasil entre 1920 e 2012, com base no site oficial de 120 cooperativas, constatou que o surgimento delas seguiu um percentual de 9,09% entre 1920 e 1940, 44,63% entre 1950 e 1960, 14,88% entre 1970 e 1980, 15,7% na década de 1990 e 15,7% de 2000 a 2012. O estudo aponta, dessa maneira, que a origem das atuais cooperativas ocorreu, em geral, no início do processo de modernização agrícola.

Rangel (1985), sob a ótica da teoria dos ciclos longos e médios, observa que a evolução industrial brasileira se realizou pela sequência de períodos críticos e de ascensão. Na década de 1950, a primeira metade foi crítica e com importantes mudanças institucionais – mudanças cambiais, cotas para exportação e importação e reserva de mercado para indústria pesada –, que auxiliaram na retomada do crescimento em 1955/1960 (JK e o Programa de Metas). Os anos 1960, com a fase recessiva do ciclo médio (1962-65), foram marcados pelo Golpe Militar de 1964 e, no contexto econômico, ocorreram mudanças institucionais centradas na correção monetária, dando origem ao novo aparelho de intermediação financeira, preparando o advento para a fase expansiva. Essa fase, que iniciou em 1966 e prolongou-se até 1974, foi um período de grande ascensão interna, chamado de “Milagre Econômico”. No período de 1975 a 1980, já sob a fase “b” do 4º Ciclo Longo (iniciada em 1973), o Brasil continuou crescendo devido à política econômica de levar a economia adiante em “marcha forçada”, via II PND.

Levando em conta a vinculação do setor à economia brasileira, alguns fatos marcantes do avanço no processo de industrialização beneficiaram o cooperativismo, o que demonstra o forte dinamismo entre as cooperativas e os projetos nacionais de desenvolvimento. Podemos citar, entre os fatos, o desenvolvimento de fábricas de motores, indústrias de caminhões, máquinas e equipamentos, tratores, colheitadeiras, pesquisa e genética¹⁰ que, em certa medida, tornaram-se centrais para o progresso da modernização do campo e das cooperativas. Houve também, em 1952, a criação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), uma instituição pública de fomento muito utilizada pelas cooperativas para financiamento das suas estruturas produtivas.

Trazer o panorama industrial do Brasil é primordial em qualquer análise sobre o processo histórico do cooperativismo agropecuário, uma vez que, a partir da alteração econômica gerada pelas políticas de substituição de importação pós-1950, que, por um lado, oportunizaram o desenvolvimento dos setores de máquinas, equipamentos e insumos e, por outro, foram um fator de criação de demanda interna, construiu-se um contexto político e econômico favorável para a expansão do associativismo no meio rural sulista. Ou seja, é entender o cooperativismo moderno como um setor integrado à economia capitalista que prosperava no país.

¹⁰ Em 1972 surgiu a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), que foi responsável por significativos avanços tecnológicos no setor agropecuário, realizando, por exemplo, a promoção de cultivares de trigo e permitindo a tropicalização da cultura da soja, que se tornaria o carro-chefe do processo de modernização da agricultura no país (BANDEIRA, 2015; CUNHA, 2020).

As cooperativas sulistas eram expressões da formação social regional aliada aos projetos nacionais de desenvolvimento. Segundo Mamigonian (1966), os descendentes dos imigrantes europeus souberam valer-se do progresso industrial brasileiro, a partir da década de 1950, e dos incentivos do estado, formando cooperativas agropecuárias para integração ao mercado. Farias (2015) explica que, nesse contexto de crescimento nacional alavancado pelo capitalismo industrial, o desenvolvimento das cooperativas no Sul foi um fator estratégico ao país, uma vez que elas se utilizaram do forte potencial existente nas pequenas propriedades mercantis para fornecer alimentos e matérias-primas para atender à demanda urbana gerada pela divisão social do trabalho.

Desdobram-se desse cenário vários incentivos do poder público, sobretudo no âmbito federal, para difusão do cooperativismo no meio rural. Um dos exemplos foi a criação do Sistema Nacional do Crédito Rural (SNCR), em 1964, cuja função foi financiar o setor agrícola em operações de custeio, comércio e investimento, garantindo, portanto, a implementação do processo de modernização do campo, e abrangendo também o setor agroindustrial. A política acabou beneficiando os produtores associados e as próprias cooperativas, que iniciavam sua integração com a produção industrial (DELGADO, 1985; GONÇALVES, 1987)¹¹.

Nas décadas de 1970 e 1980, o volume de aplicações de crédito público nas cooperativas chegou a somar, em valores atualizados, R\$ 403 bilhões, sendo a maior parte destinada às cooperativas do Sul, cerca de R\$ 240 bilhões, isto é, 59,4% do montante total¹². Assim, dentre as políticas de apoio ao setor, o crédito rural foi o principal instrumento na moldagem do moderno cooperativismo agropecuário sulista (PADILHA, 2019).

Entretanto, apesar das semelhanças, a expansão do cooperativismo agropecuário no Sul do Brasil, no período mencionado, ocorreu de maneira particular em cada um dos três estados da região, variando de acordo com suas especificidades históricas, produtivas e econômicas. Houve também a utilização de diferentes estratégias do movimento cooperativista em cada uma das unidades da federação, com resultados históricos distintos.

¹¹ A junção estratégica entre as políticas de Estado e as cooperativas tinham, em sua essência, o objetivo de proporcionar viabilidade econômica ao setor agroindustrial. Mesmo sendo políticas com teor reformista e sem possibilidades de proporcionar grandes alterações estruturais, os agricultores vinculados ao cooperativismo, na medida em que romperam relações comerciais com o setor privado tradicional e passaram a se relacionar com o setor cooperativista, começaram a participar de uma estrutura com outras características, mais modernas e avançadas, o que representou possibilidades de desenvolvimento local na agricultura.

¹² Valores corrigidos pelo IGP-DI de 30/12/2020 da FGV.

Entre as semelhanças do cooperativismo gaúcho, catarinense e paranaense, pode-se enfatizar que a constituição do setor se manteve atrelada às regiões de formação social fundadas na pequena produção familiar/mercantil, com forte participação de grupos de imigrantes e seus descendentes, especialmente imigrantes europeus, para o caso do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, e europeus e japoneses, para o caso do Paraná. Outra semelhança foi a forte relação entre as políticas estatais, cooperativas e produtores rurais, que será abordada com maiores detalhes no próximo item do texto.

Em relação às particularidades, entre os três estados do Sul, o Rio Grande do Sul é considerado o pioneiro quanto ao desenvolvimento do cooperativismo agropecuário, que, por sua vez, acabou influenciando o surgimento de outras cooperativas nos outros estados da Região Sul. De acordo com Benetti (1992), o surgimento das cooperativas no Rio Grande do Sul ocorreu na porção “setentrional” (norte do Estado), entre “o Arroio Poatá e rio Ibicuí”, ambos afluentes do rio Uruguai, “nas divisas entre Santa Catarina e Argentina”. O surgimento delas nessa região justifica-se pela existência abundante de recursos naturais e favoráveis ao cultivo de trigo, soja e milho. A colonização italiana e alemã da porção setentrional e migrantes agricultores, “filhos de luso-brasileiros vindos do sul do Estado¹³ em busca de novas terras para exploração econômica”, deu origem ao cooperativismo no Rio Grande do Sul, por meio da união daqueles produtores com perfil de pequenas propriedades mercantis produtoras de grãos (trigo e soja) e destes produtores “luso-brasileiros” do Sul, proprietários de grandes propriedades praticantes de pecuária extensiva.

No momento histórico de crescimento industrial dos anos 1950, quando a estrutura do cooperativismo passou a ser de interesse do Estado para desenvolver as bases produtivas do movimento da substituição de importações, os produtores rio-grandenses buscavam desenvolver seus anseios sociais e econômicos via associativismo.

Benetti (1992) ressalta que o final da década de 1950 foi um marco para o cooperativismo agrícola no Rio Grande do Sul, quando houve a fundação de 23 cooperativas tritícolas que, nas décadas de 1960 e 1970, se expandiram extraordinariamente. As associações foram um instrumento para a realização dos objetivos estatais, aumentando a produção, disseminando tecnologias e crédito, organizando e concentrando a comercialização de cereais, principalmente o trigo. O interesse do poder público na organização dos produtores em torno de cooperativas no Sul, mais especificamente no Rio

¹³ Municípios de Santo Ângelo, São Luis Gonzaga, Ijuí, Tenente Portela, Três Passos e Criciumal (BENETTI, 1992).

Grande do Sul, tinha relação com a política de substituição das importações de trigo e estímulo ao desenvolvimento da triticultura nacional. Em 1957, foi criada a Comissão de Organização da Triticultura Nacional cujo objetivo foi o de fomentar a organização de cooperativas.

É importante destacar que o cooperativismo gaúcho, conforme apontou Benetti (1992), expressou grandes dificuldades no que se relaciona à sua gestão. Por isso, os “dirigentes agricultores”, como eram chamados os fundadores, precisaram enfrentar situações desafiadoras. Havia, afinal, o interesse econômico dos produtores fundadores em tornarem-se independentes em relação ao comércio privado com características puramente capitalista. Para atingir esses objetivos, foi necessário transformar a estrutura econômica da cooperativa em uma “unidade econômica eficiente e poderosa”. Os resultados da gestão dessas “unidades econômicas”, vinculados aos incentivos estatais, tornaram as grandes cooperativas do Rio Grande do Sul em grandes empresas nacionais¹⁴.

O movimento cooperativista gaúcho foi tão intenso no período que acabou por influenciar, por intermédio de correntes migratórias de colonização de origem europeia, o surgimento de outras cooperativas nos estados de Santa Catarina e Paraná, nas décadas de 1960, 1970 e 1980. Mesmo assim, o cooperativismo nessas unidades federativas manifestou um dinamismo diferente, apesar das características semelhantes envolvendo ação dos produtores e a participação do Estado.

No caso do cooperativismo catarinense, alavancou-se principalmente em meados da década de 1960, quando o setor agrícola dos pequenos agricultores vivia um período de muitos gargalos, especialmente em virtude da não existência de um dinamismo do mercado interno para absorver a produção agrícola. Os agricultores encontravam-se nas mãos de atravessadores dos grandes centros, como afirmou Silvestrin (1999).

A organização em sistemas de cooperativas apresentou naquele momento uma possibilidade de reestruturação produtiva e de mercado na tentativa de criar novas oportunidades econômicas para a agricultura regional, dada a incerteza quanto à

¹⁴ Segundo Benetti (1992), o crescimento das cooperativas gaúchas foi de tal magnitude que passaram a figurar entre as maiores empresas nacionais em vários ramos. No ano de 1979, uma das históricas cooperativas do Rio Grande do Sul (Cotrijuí) chegou a ocupar a 69º lugar entre as 500 maiores empresas do Brasil. A Fecotrigo, o 223º lugar; e a Cotrisa, o 237º lugar. No setor de produção de grãos, as cooperativas filiadas à Fecotrigo foram responsáveis por cerca de 90% da produção estadual de trigo em 1967/77, sendo 45% da safra comercializada pelo sistema. No setor de beneficiamento da soja, a Fecotrigo possuía capacidade de processar 1 milhão de toneladas/ano do grão e representava 11% da capacidade total de esmagamento.

comercialização de grãos, assim como, aproveitar-se das oportunidades agroindustriais que o oeste catarinense oferecia¹⁵.

Durante o processo de surgimento e desenvolvimento do cooperativismo agropecuário catarinense, houve enfrentamento de uma série de dificuldades. Havia impregnado na estrutura cultural no setor agropecuário o sentimento de “descrédito ao cooperativismo perante as instituições financeiras”. As cooperativas normalmente não possuíam acesso ao crédito para qualquer investimento para dar sequência aos negócios das cooperativas. Havia um histórico de experiências negativas e insucesso do cooperativismo dada a situação econômica do país ou problemas de gestão administrativa das próprias cooperativas (SILVESTRIN, 1999)¹⁶.

O período de maior regularidade, no que diz respeito ao crescimento cooperativista no estado de Santa Catarina, foi no final da década de 1960, quando surgiram grandes cooperativas, a exemplo da Cooperativa Central Oeste Catarinense (Aurora Alimentos). A intenção de seu principal idealizador, Auri Bodanese, era a formação de uma grande central industrial, ou seja, “uma cooperativa que teria todas as outras como filiadas” (SILVESTRIN, 1999).

Enquanto o cooperativismo no Rio Grande do Sul evoluiu economicamente a partir da década de 1950, pelo grande potencial existente nas culturas do trigo, soja e milho, as cooperativas de Santa Catarina desenvolveram-se, principalmente, aproveitando o potencial pecuário – leite e suínos – da região oeste do estado, com papel decisivo da Central Aurora, após 1970, que atuava no recebimento, industrialização e no comércio de carnes, e envolvia várias cooperativas singulares do estado.

No Paraná, o surgimento do cooperativismo agropecuário moderno aconteceu no fim dos anos 1960, posteriormente aos outros estados sulistas. Até aquele momento, o cooperativismo paranaense havia passado por fases em seu desenvolvimento: primeiro com

¹⁵ Um caso concreto desse movimento histórico do cooperativismo agropecuário catarinense é o da Cooperativa Agroindustrial Alfa, que está na atualidade entre as maiores cooperativas do Brasil. Conforme Silvestrin (1999), a Cooperalfa surgiu, oficialmente, em 17 de dezembro 1974, pela fusão de duas empresas, a Cooperativa Mista Agropastoril de Chapecó e Cooper Xaxim. Como é sabido, o oeste catarinense é possuidor de um grande potencial agroindustrial e, por essa razão, a cooperativa estabeleceu nessa região sua área original de atuação, após uma dura e longa trajetória envolvendo produtores rurais, comércio privado e órgãos do Estado.

¹⁶ Silvestrin (1999), que escreveu a biografia do líder cooperativista do Sul do Brasil, “Bodanese, a geração de um pioneiro”, destaca que, no início do desafio de reestruturação do cooperativismo, as instituições financeiras da região e o comércio em geral não efetuavam nenhum tipo de transação com a cooperativa, sendo a maior parte dos negócios na fase inicial efetuada por meio da boa moral pessoal de Auri Bodanese, seja empréstimos para financiamento no banco, seja na compra de mercadorias para serem vendidas aos associados da cooperativa.

as cooperativas que exploravam madeira e erva-mate, na década de 1930, seguido do cooperativismo ligado à produção de café, nos anos 1940, e que atingiu um importante desenvolvimento na década de 1960¹⁷.

Da mesma forma, a dinâmica espacial também avançou: inicialmente, as cooperativas localizavam-se, sobretudo, nas regiões centro e sul paranaense, contando com a participação dos imigrantes europeus, expandindo-se para o norte, com o protagonismo dos imigrantes japoneses na cultura do café, e, já no período de modernização agrícola, o setor consolidou-se em todo o estado, com a expansão para as mesorregiões oeste e sudoeste, e maior presença dos descendentes de imigrantes europeus, que chegavam do Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

Na década de 1960, o aparecimento da soja como um promissor produto de exportação brasileiro concedeu um novo impulso ao cooperativismo agropecuário na Região Sul. Voltada primordialmente ao mercado externo, a cultura da soja passou rapidamente a ser incorporada pelos produtores de trigo de Santa Catarina e Rio Grande do Sul e pelas cooperativas às quais estavam filiados (ALVES, 2003). No Paraná, a ascensão da soja, a partir de 1970, apresentou grande potencial agroindustrial e foi amplamente adotada pelas cooperativas, ocasionando um desenvolvimento intenso do setor¹⁸.

Assim, no lugar do café, surgiram as lavouras mecanizadas de soja e trigo, o primeiro produto típico de verão e o segundo produto típico de inverno, que poderiam ser consorciados no mesmo solo e na mesma estrutura de produção, armazenagem e comércio. Os novos produtos exigiram das cooperativas e dos produtores uma reversão completa na estrutura de plantio, tratos culturais, colheita, armazenagem e industrialização. Esse processo acelerou na década de setenta com o apoio do Estado via crédito para a construção de armazéns. A grande geadada de 1975, que dizimou os cafezais, também contribuiu para amplificação dos grãos na mesorregião (SERRA, 2013). No mesmo período, no sudoeste e oeste paranaense, a expansão das lavouras mecanizadas de soja, milho e trigo e a demanda crescente por estruturas de comércio e armazenagem impulsionaram o surgimento das agroindústrias cooperativas (IPARDES, 1974).

¹⁷ Entre 1957 e 1961, foram criadas 39 cooperativas de cafeicultores no Paraná (SETTI, 2011).

¹⁸ Poucas cooperativas ligadas à exploração da cultura do café conseguiram atravessar as décadas de 1960 e 1970. A crise do café obrigou as cooperativas a alterarem suas estratégias. São exemplos de cooperativas de cafeicultores que sobreviveram ao movimento das crises e alteraram suas estratégias a Cocamar e a Corol, que conseguiram acompanhar as novas tendências e diversificaram suas atividades do café para o algodão, soja, trigo e milho, e para o processo de industrialização.

À medida que o cooperativismo agropecuário avançou pela região ao longo das décadas, ocorreu um processo de mudança do centro dinâmico do setor no Sul do Brasil. Se na década de 1960, o Rio Grande do Sul era o estado mais desenvolvido no que tange ao setor cooperativista, após a década de 1970, com o desenvolvimento de grandes cooperativas nos estados de Santa Catarina e no Paraná, iniciou-se o movimento de alteração desse centro dinâmico do cooperativismo regional que, nos anos 1980, consolidou-se numa nova configuração do cooperativismo sulista, com perda de protagonismo das associações gaúchas e ascensão das catarinenses e paranaenses.

A mudança do centro dinâmico do setor ocorreu, em especial, após a crise da década de 1980 e depois das cooperativas terem passado por processos de reestruturação produtiva, que aprofundou a diferença entre as cooperativas gaúchas em relação às catarinenses e paranaenses. Esse tema será abordado no próximo item.

Pode-se dizer, além disso, que o auge do desenvolvimento do cooperativismo agropecuário ocorreu de maneira diferente nos três estados do Sul. Enquanto as instituições gaúchas se desenvolveram principalmente vinculadas aos incentivos fiscais e financeiro do Estado desenvolvimentista, as paranaenses e catarinenses atingiram seu auge por outros mecanismos, aproveitando-se dos resultados positivos das políticas específicas de cada unidade federativa e por terem surgido em uma fase posterior, quando importantes políticas econômicas e bases estruturais do país se encontravam amadurecidas, com um mercado interno maior e em expansão, favorecendo para que houvesse um dinamismo regional mais intenso.

Ainda, outro fator que aprofundou a diferença entre os perfis de cooperativas dos estados foi sua espacialização no território nacional no que concerne a posicionamento de mercado em regiões estratégicas. Conforme Farias (2015), as gaúchas expandiram-se para outras regiões do país no período entre 1970-1980 e, após a década de 1990, houve recuo dos investimentos mais distantes e predominância de atuação em sua base tradicional. Já as grandes cooperativas de Santa Catarina e, notadamente, as paranaenses, expandiram e renovaram grandes investimentos em outras regiões do Brasil entre 1980-1990-2000, com destaque para o Centro-Oeste e Sudeste.

CRISE ECONÔMICA E A REESTRUTURAÇÃO DO COOPERATIVISMO APÓS A DÉCADA DE 1980

No início dos anos 1980, a economia brasileira entrou em crise, marcada pelo alto endividamento externo, aumento da inflação, ampliação dos juros – interno e externos – e retração do PIB. Segundo Espíndola (2002), a referida década conviveu com sucessivas quedas no crescimento econômico, que impactaram o setor da indústria de transformação.

No âmbito político, o advento do neoliberalismo alterou drasticamente o papel do Estado brasileiro na economia e na industrialização, com redução dos gastos públicos em setores produtivos, abertura econômica e privatizações, pondo fim ao processo de industrialização via substituição de importações.

A estagnação da economia afetou as cooperativas agropecuárias tanto pelo cenário econômico, de redução do mercado interno, como pelo panorama político, que promoveu um afastamento das políticas públicas, especialmente do crédito rural e de controle de preços. Filho e Pinheiro (2008) esclarecem que o rebaixamento dos preços agrícolas, a valorização da moeda e os seguidos planos econômicos contribuíram para o endividamento das cooperativas, pois, por um lado, as dívidas agrícolas foram corrigidas e, por outro, os preços agrícolas ficaram congelados. Outro fator que prejudicou as cooperativas foi a abertura comercial, somada à desregulamentação de setores importantes e à valorização do câmbio, fazendo com que as mercadorias externas ficassem mais baratas e as exportações mais difíceis. Essa condição expôs as cooperativas agropecuárias à concorrência com produtos e empresas externas em condições desfavoráveis.

O cooperativismo agropecuário passou a conviver com o declínio na oferta de crédito agrícola, que também afetava os produtores associados, somado à retração da demanda de consumo do mercado interno. Por outro lado, as exportações ficaram cada vez mais complicadas. Essa combinação desestruturou o cenário de desenvolvimento do setor até então. Com a queda no potencial de crescimento mediante a combinação de crise interna e externa, as cooperativas passaram a demandar adequações estratégicas¹⁹.

¹⁹ O número de cooperativas agropecuárias no Brasil reduziu de 1.480, em 1980, para 1.334, em 1994; os sócios diminuíram de 1,7 milhão, em 1980, para 800 mil em 1990; e os estabelecimentos agropecuários associados a alguma cooperativa foram de 658 mil, em 1985, para 550,2 mil, em 1996. Na produção nacional, entre 1984 e 1995, a parcela do setor na produção de soja diminuiu de 49,8% para 29,4%; no trigo foi de 95,7% para 62,1%; no leite, de 45,6% para 39,7%; no café, de 28,7% para 27,9%; na uva, de 22,7% para 19,1%; e no arroz, de 15,3% para 11,3%. Em poucos produtos houve ampliação da participação das cooperativas, caso do milho, que foi de 10,8% para 16,6%, feijão de 7% para 11,1% e cevada de 36,8% para 44,1% (IBGE, 1995-96; OCB, 2002).

Sobre a redução do crédito público, tido como um dos principais fatores que encaminharam o setor à crise, enquanto de 1980 a 1989 os recursos aplicados pelo SNCR em cooperativas somaram R\$ 173 bilhões, na década de 1990, os valores caíram para R\$ 58,8 bilhões. Os menores valores registrados na história do financiamento das cooperativas concentram-se nesse momento: R\$ 3,9 bilhões em 1997, R\$ 4,3 bilhões em 1992 e R\$ 4,0 bilhões em 1995²⁰ (BACEN, 2021).

Com a recessão econômica interna, a retração do mercado consumidor, dificuldade para exportar, concorrência com produtos e empresas estrangeiras, queda nos preços e dificuldade de obtenção de crédito, as cooperativas brasileiras registraram o pior momento de sua história, com liquidações, fusões e incorporações. A crise ocorreu em todo o cooperativismo da Região Sul, mas com intensidades diferentes, dependendo de fatores como: a integração com o capital financeiro privado e público, o grau de dependência dos incentivos públicos, tipo de produção, volume de investimentos e relação com o mercado externo e interno. As cooperativas do Rio Grande do Sul foram as mais afetadas pela crise, apresentando alto número de falências, queda na produção, redução dos ativos e retração do corpo social²¹. O afastamento do Estado e o endividamento condicionaram as cooperativas gaúchas ao processo de reestruturação produtiva, comercial e gerencial, no entanto, sem sucesso para retomar o crescimento e a dinâmica econômica das décadas anteriores (PADILHA, 2019).

Na concepção de Benetti (1985), as cooperativas gaúchas expandiram-se sob o amparo do poder público, tendo como base a política de crédito e os incentivos para produção de trigo. Durante o boom da soja nos anos 1970, quando o preço do produto estava elevado (US\$ 1.000 por t), as empresas investiram em estrutura de armazenagem e industrialização, contraindo crédito externo a juros flutuantes. Nos anos 1980, além dos problemas internos, a redução da liquidez internacional, a elevação dos juros e a queda no preço da soja (US\$ 214 por t) pioraram a situação financeira das cooperativas rio-grandenses, principalmente daquelas de maior porte, que dispuseram de fácil acesso aos financiamentos em moeda estrangeira anos antes.

²⁰ Valores corrigidos pelo IGP-DI de 30/12/2020 da FGV.

²¹ Conforme destacou Benetti (2000), importantes cooperativas agropecuárias gaúchas apareceram na lista de fusões e aquisições pelo capital estrangeiro e nacional. Foram exemplos disso a Cooperativa Agrícola Mista Itaquiense (CAMIL), que, em 1998, foi adquirida pelo fundo americano Trust Company of the West (TCW), a Cooperativa Uruguaianaense (CAUL), adquirida em 1997 por um grupo argentino Molinos ALA e a Cooperativa Central Gaúcha de Leite (CCGL), adquirida em 1991 pelo grupo brasileiro Avipal.

Ao estudar o panorama do cooperativismo agropecuário do Rio Grande do Sul, Kuhn (1995) e Ew (2001) revelam que, entre 1980 e 1990, o setor retraiu sua importância social, comercial e produtiva. O número de produtores associados reduziu de 315 mil, em 1982, para 283 mil, em 1989, e 160 mil, em 2001, o número de cooperativas diminuiu de 196, em 1988, para 162, em 2001, e a participação do setor no PIB estadual teve encolhimento em todas as mesorregiões: noroeste de 30% para 26%, nordeste de 14% para 11%, centro ocidental de 14% para 11%, oriental de 28% para 24%, sudoeste de 32% para 24% e sudeste de 20% para 13%. De 1982 a 1988, as receitas das cooperativas gaúchas diminuíram 5%, com queda de 5,1% na venda da produção e de 31,7% no fornecimento de bens de produção.

No Paraná e em Santa Catarina, as cooperativas também foram prejudicadas pelo contexto econômico e político dos anos 1980 e 1990, principalmente as empresas de menor porte. Nesses estados, as cooperativas mais desenvolvidas e capitalizadas adquiriram maior facilidade de enfrentar esse período, com estratégias de crescimento pela anexação de pequenas e médias cooperativas que estavam em dificuldade econômica e operacional²².

Panzutti (2008) argumenta que as cooperativas do Paraná foram menos impactadas pela crise do que as gaúchas pois, ao longo dos anos 1970 e 1980, utilizaram-se prioritariamente de recursos próprios, mediante a retenção de sobras e pelo avanço do número de associados, contrariando o modelo de expansão das empresas gaúchas, que foi via crescente endividamento.

A crise ainda expôs a necessidade de reestruturação produtiva e gerencial no setor cooperativista, devido ao alto endividamento financeiro e ineficiência administrativa. Isso condicionou muitas cooperativas à profissionalização da gestão e foco de atuação na área de grãos e agroindustrialização²³.

De acordo com Bialoskorski Neto (2005), algumas cooperativas conseguiram adaptar-se rapidamente ao contexto da crise e continuaram uma trajetória de eficiência, como a Coamo, do Paraná, e a Aurora, de Santa Catarina; contudo, um número expressivo de

²² Em 1976, havia 72 cooperativas agropecuárias no Paraná e 66,2 mil produtores sócios e, em 1987, eram setenta cooperativas e 197,7 mil cooperados. Após a década de noventa, os números do cooperativismo paranaense reduziram para 65 cooperativas e 98,2 mil cooperados em 2000, uma queda de 50% no total de produtores (OCEPAR, 2000; MARANDOLA; RODRIGUES, 1989).

²³ Conforme exposto em Farias (2015), o quadro funcional da gestão estrutural e financeira das cooperativas alterou-se a partir do movimento de reestruturação da década de 1980. Se no início o quadro funcional era formado, em sua maioria, por agricultores e lideranças cooperativistas, a partir do processo de reestruturação, elas passaram a contratar profissionais especializados, inclusive vindos do setor financeiro de grandes bancos públicos e privados.

instituições não se adaptou às novas condições e acabou por perder eficiência, levando-as, em casos extremos, a liquidações e desaparecimento.

Uma das estratégias utilizadas pelas cooperativas em decorrência da crise econômica foi a pressão política no Governo Federal para a implantação de uma política de refinanciamento e alongamento de dívidas. Um dos argumentos do setor era de que a situação complicada enfrentada pelas cooperativas era desdobramento das próprias políticas de públicas, mais precisamente da dificuldade na obtenção de crédito no início da década de noventa, que levou muitas cooperativas ao mercado financeiro de altas taxas de juros. Porém, quebras de safras por motivos climáticos, queda de preços por causa da abertura comercial e o endividamento acumulado de produtores geraram a inadimplência desses com as cooperativas. As empresas assumiram o ônus da dívida e ficaram descapitalizadas e endividadas (PADILHA, 2019).

Assim, em 1998 foi implantado o Programa de Revitalização das Cooperativas Agropecuárias (RECOOP) para apoiar, por meio de crédito, as cooperativas agropecuárias que estavam em dificuldade financeira. O programa aplicou próximo de R\$ 1,5 bilhão, tendo como condições para o acesso ao crédito o processo de reestruturação gerencial e produtiva da cooperativa, que, em alguns casos, envolvia a modernização produtiva, a concentração em atividades mais rentáveis e a fusão de associações que estavam em dificuldade financeira. À proporção que ofertou crédito e pressionou pela reestruturação, o RECOOP foi importante para o equilíbrio financeiro e estratégico das cooperativas que apresentavam sérios problemas estruturais e de liquidez.

Portanto, a crise econômica das décadas de 1980 e 1990 exigiu que as cooperativas adiantassem seus projetos de reestruturação, como medida para manter a expansão ou, até mesmo, de sobrevivência. As medidas de reestruturação exigiram um novo plano estratégico levando em consideração o novo cenário concorrencial no qual o Brasil convivia com o processo de abertura comercial. A dinâmica de reestruturação desenvolvida pelas cooperativas teve abrangência de vários setores de sua organização estrutural.

Em conformidade com Lopes (2002), que tratou das medidas de reestruturação das cooperativas agropecuárias a partir da década de 1990, o processo de reestruturação econômica das cooperativas envolveu quatro grandes setores:

- Setor de Gestão Administrativa: que envolveu a reestruturação no quadro funcional compatível com o mercado; operações adequadas funcionalmente; modernização dos processos produtivos; ampliação do sistema de informação; ampliação das vias

de comercialização; terceirização de serviços; reformas no setor de logística; armazenamento e transporte; constituição de colegiado de gerentes; profissionalização da gestão cooperativa.

- Setor de Gestão Financeira: que envolveu a reestruturação no controle e programação das compras, vendas, estoque e fluxo de caixa; contabilização de custos e receitas por tipo de serviço; direcionamento do capital às atividades de maior retorno; corte de atividades inviáveis e deficitárias; renegociação das dívidas dos cooperados; renegociação da dívida da própria cooperativa; implantação das quotas parte dos cooperados; utilização de parte da capitalização da cooperativa, para saldar dívidas passadas dos cooperados; venda de parte do patrimônio para saldar dívidas.
- Setor Organizacional: que envolveu a reformulação do estatuto da cooperativa; capacitação (educação e tecnologia) dos cooperados para enfrentar o mercado competitivo; ampliação do vínculo envolvendo cooperativa e cooperado com apoio técnico à produção; transparência administrativa para aumentar a credibilidade e a fidelidade dos associados.
- Setor de Posicionamento de Mercado das Cooperativas: que envolveu estratégias de aumento das parcerias e alianças estratégicas para crescer, integrar e ganhar mercado; sistema online para acompanhar o mercado agrícola; diversificação produtiva; apoio ao gerenciamento e qualidade total das propriedades e na cooperativa e fusão de cooperativas.

O plano de reestruturação das cooperativas do Sul do Brasil aconteceu de forma gradativa e diferenciada, levando em consideração as realidades do setor nos estados da região. De acordo com Farias (2015), os resultados e a forma de aplicação do plano de reestruturação fizeram com que aprofundassem a diferença e transferência do centro dinâmico do cooperativismo para o estado do Paraná²⁴. A maioria das grandes cooperativas agropecuárias paranaenses conseguiram atingir maturidade estratégica em todos os pilares da reestruturação econômica, quer dizer, na gestão administrativa, gestão financeira, sistema organizacional (burocrático e produtivo) e posicionamento no mercado.

²⁴ Farias (2015) apresenta um quadro do período de instalação dos principais setores industriais de atuação das maiores cooperativas paranaenses. No quadro elaborado pelo autor (pág. 116), é possível observar a significativa diversificação dos investimentos industriais das cooperativas agropecuárias paranaenses após a década de 1990, no período da reestruturação. O resultado disso foi a formação do complexo agroindustrial cooperativo mais diversificado e integrado com a indústria a jusante dentre os três estados da Região Sul.

O perfil dos investimentos do cooperativismo agropecuário do Sul do Brasil, durante o período de reestruturação, mostra que as paranaenses investiram pesadamente tanto nas décadas de 1980, 1990 e 2000. A Cocamar, por exemplo, investiu e montou praticamente toda a sua infraestrutura agroindustrial nesse período: fiação têxtil/algodão (1982 e 1990), indústria de processamento de café (1990), indústria de bebidas e molhos, e indústria de álcool (2003) e açúcar (2006). A Coamo aplicou capital na sua indústria de óleo de soja em 1981, 1990 e 1996, e ampliou em 2010. Mesmo caso para sua indústria de fiação têxtil/algodão, em que os investimentos ocorreram em 1986, 2000 e 2012, e na indústria de processamento de café, em 1989 e 2009 (FARIAS, 2015).

Quanto ao período de instalação do complexo agroindustrial do cooperativismo catarinense, nota-se que a maior parte dos investimentos de expansão ocorreram principalmente após 2000. Exemplo disso foram os investimentos industriais da Central Aurora nos frigoríficos de aves e suínos, derivados de leite e fábricas de ração. Já no cooperativismo gaúcho, exceto as cooperativas vinculadas aos derivados de leite e frigoríficos, os investimentos nas áreas tradicionais foram anteriores ao processo de reestruturação (FARIAS, 2015).

A partir dos anos 2000, acompanhando a retomada do crescimento econômico nacional e as mudanças na conjuntura política, o cooperativismo adentrou em uma nova fase de desenvolvimento, configurada pela consolidação das cooperativas agroindustriais como grandes empresas do agronegócio brasileiro. Questões como a melhora do consumo no mercado interno e das condições produtivas e de infraestrutura, o incentivo à exportação, queda da inflação e, em especial, o revigoramento das políticas de crédito rural e agroindustrial, foram fatores decisivos para o crescimento recente das cooperativas. Entre 2000 e 2015, por exemplo, o número de cooperativas agropecuárias evoluiu de 1.411 para 1.555, e o número de produtores associados alterou de 831 mil para 1 milhão (OCB, 2020).

É notável que, até década de 1990, as cooperativas posicionavam-se como agentes de difusão e indução tecnológica, na organização produtiva e comercial e na busca pela satisfação socioeconômica dos produtores cooperados. Depois de 1990, da crise e dos processos de reestruturação, somou-se como estratégia do setor a busca constante por ampliar seu protagonismo nos mercados interno e externo e, conseqüentemente, engrandecer as receitas/faturamento. Desdobram-se disso os grandes investimentos realizados pelas cooperativas nas cadeias agroindustriais, com papel central do crédito público e do BNDES; as aquisições de empresas e outras cooperativas com o intuito de

umentar os ativos operacionais e a capacidade produtiva; a ampliação da área geográfica de atuação e do número de produtores sócios; a centralização em atividades mais rentáveis e integração vertical; o desenvolvimento de formas alternativas para capitalização da cooperativa e dos sócios e a modernização da gestão financeira nas cooperativas; a criação ou fortalecimento de marcas próprias de produtos alimentares para o mercado interno e novas parcerias com mercados estrangeiros.

Conforme Padilha e Espíndola (2020), a retomada do crédito rural público mostrou-se um fator central para a expansão das cooperativas. O valor destinado ao crédito oficial aumentou consideravelmente desde 2003, com queda nos juros e ampliação nos prazos de pagamento. O volume de capital repassado às cooperativas agropecuárias cresceu de R\$ 44,3 bilhões na década de 1990, para R\$ 87 bilhões na década de 2000 e R\$ 188 bilhões de 2010 a 2018. Nesse momento, também foram gestados programas de financiamento específicos para as cooperativas, caso do Programa de Desenvolvimento Cooperativo para Agregação de Valor à Produção Agropecuária (PRODECOOP), em 2003, e do Programa de Capitalização de Cooperativas Agropecuárias (PROCAP-AGRO), em 2009, que juntos desembolsaram, em valores correntes, R\$ 26 bilhões no financiamento do setor entre 2003 e 2018. É importante destacar que a retomada do crédito rural oficial privilegiou recursos para investimento, modalidade que, nas décadas anteriores, foi praticamente abandonada e, do ponto de vista espacial, concentrou-se na Região Sul do país.

Além do crédito, conduzido majoritariamente pelo Estado, a expansão geoeconômica das cooperativas agropecuárias foi determinada por outros elementos do capital financeiro, o que celebra a própria evolução do setor no que se refere à sua integração à dinâmica capitalista: de empresas vinculadas ao capital comercial até os anos 1950/60, para o capital industrial, a partir dos anos 1970, e ao capital financeiro e à financeirização mais recentemente. Para o último tópico, pode-se citar a crescente utilização do mercado de capitais, bolsas de valores e mercados futuros, títulos financeiros, compra de ações, ativos financeiros e a utilização de ferramentas financeiras como *hedge*, como exemplos da crescente integração das cooperativas com a dinâmica financeira. As estratégias financeiras, além de financiar atividades produtivas das cooperativas, garantir a compra e venda de produtos e fixar preços futuros, tornaram-se, em alguns casos, oportunidades de ampliar os lucros (PADILHA, 2019).

No novo momento do cooperativismo agropecuário brasileiro, as instituições sulistas evidenciaram o melhor comportamento econômico, produtivo e social do setor. Em

2015, apesar de o Sul corresponder a apenas 16% do número de cooperativas no país, com 257 unidades, participou com 54% dos associados, cerca de 549 mil sócios, e 75% dos empregados, 141 mil trabalhadores. Nas exportações, dos US\$ 5,3 bilhões comercializados pelo ramo em 2015, 51% foram de cooperativas do Sul e na capacidade de armazenagem das cooperativas brasileiras em 2016, 71% pertenceram às instituições sulistas, com 23,5 milhões de toneladas (OCEPAR, 2020; OCESC, 2020; OCERGS, 2020; MDIC, 2015; CONAB, 2016).

Acompanhando o movimento que já ocorria desde a década de 1980, cada vez mais as cooperativas catarinenses e, principalmente as paranaenses, assumiram a condição de centro mais dinâmico do cooperativismo regional e nacional. As vinte maiores cooperativas do Brasil, segundo o faturamento anual de 2019, foram: Coamo, Aurora, C.Vale, Lar, Coopercitrus, Comigo, Cocamar, Cooxupé, Copacol, Agrária, Cooperalfa, Castrolanda, Integrada, Frísia, Frimesa, Coopavel, Cotrijal, Coasul, Cotrisal e Coopagril. Dessas, treze eram cooperativas do Paraná, duas de Santa Catarina, duas do Rio Grande do Sul, uma de São Paulo, Minas Gerais e Goiás (VALOR ECONÔMICO, 2020).

CONCLUSÃO

Para compreender a posição do atual cooperativismo agropecuário na Região Sul e sua dinâmica geoeconômica, é fundamental o retorno a dois momentos decisivos da história do setor: o pós-1950 e o pós-1980, quando mudanças de ordem política e econômica alteraram profundamente o seu desenvolvimento. No primeiro caso, a integração das cooperativas ao processo de industrialização do Brasil – no campo e na cidade – e o amplo apoio estatal transformaram-nas em grandes empresas integradas ao comércio interno e externo, com uma atuação vinculada à lógica capitalista. No segundo momento, a crise econômica e o afastamento do Estado desencadearam endividamentos, liquidações e reestruturações entre as cooperativas, que resultaram em modernização produtiva e administrativa e em uma morfologia cada vez mais semelhante a do setor privado.

Nesse tempo, mudou também a regionalização do cooperativismo sulista, que até meados de 1970 tinha o Rio Grande do Sul como centro mais dinâmico e desenvolvido e que, após 1980, foi gradativamente migrando para o oeste catarinense e o Paraná. Do mesmo modo, as estratégias setoriais evoluíram de estruturas voltadas para o comércio, para a industrialização e, mais recentemente, para a financeirização.

Outros aspectos importantes para compreensão da formação dos grandes complexos agroindustriais cooperativos no Sul, no período de 1950 aos anos 2000, abordados no texto foram:

As cooperativas, após 1950, sofreram um processo de aceleração em seu dinamismo em virtude da vinculação entre desenvolvimento industrial e o cooperativismo rural, com a formação, já nas décadas seguintes, de grandes associações integradas à dinâmica capitalista; apesar das semelhanças, a expansão do cooperativismo no Sul do Brasil ocorreu de maneira particular em cada um dos três estados da região, variando de acordo com suas especificidades históricas, produtivas e econômicas.

Destacaram-se, como semelhanças do cooperativismo gaúcho, catarinense e paranaense, a origem na formação social fundada na pequena produção familiar/mercantil, com forte participação dos grupos de imigrantes e seus descendentes, especialmente imigrantes europeus, e a forte relação entre as políticas estatais, cooperativas e produtores rurais.

A crise financeira da década de 1980 expôs a necessidade de reestruturação produtiva e gerencial no setor cooperativista, obrigando-as a implantarem processos de alteração na gestão administrativa, financeira, organizacional e no posicionamento de mercado.

A retomada do crescimento do setor, a partir de 2000, relacionou-se com o crescimento da economia nacional e o apoio de políticas públicas de crédito de longo prazo, que possibilitaram grandes investimentos agroindustriais e a abertura de novos mercados, dentro e fora do país.

No período mais recente, o cooperativismo cresceu, contudo, com maior destaque entre os grandes complexos agroindustriais cooperativos da Região Sul, que atualmente se encontram entre as maiores empresas do agronegócio nacional. Pode-se afirmar que, nos anos 2000, aprofundou-se a integração do cooperativismo sulista com o capital produtivo, expandindo as cooperativas agroindustriais. Nessa região, as cooperativas realizaram fortes investimentos para integração industrial nas cadeias produtivas de grãos e proteína animal, ampliando significativamente sua capacidade produtiva e presença no mercado interno e nas exportações, com ampliação geográfica e social.

Por fim, é interessante destacar que as cooperativas agroindustriais, bem como as estruturas menores em processo de formação e que apresentam forte relação econômica com

pequenos produtores, possuem importante participação nas demandas regionais de produtos agroalimentares e geração de emprego, contribuindo para o desenvolvimento local e regional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, André Gustavo de Miranda Pineli. **As cooperativas agropecuárias e o BRDE – Histórico, Situação Atual e Perspectivas**. Diretoria de Planejamento, BRDE, nov. 2003.
- BACEN. Banco Central do Brasil. **Anuário Estatístico do Crédito Rural**. Brasília, 1999-2012. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/?RELRURAL>. Acesso em: 16 jan. 2021.
- BANDEIRA, João Luciano. **A geografia econômica das sementes: dos grandes monopólios ao Sudoeste do Paraná**. 2015. 185 f. Dissertação (Mestrado), Curso de Geografia, Programa de Pós-Graduação em Geografia, UNIOESTE, Francisco Beltrão, 2015.
- BENETTI, Maria Domingues. **Endividamento e crise no cooperativismo empresarial do Rio Grande do Sul: Análise do caso FECOTRIGO/CENTRALSUL – 1974-83**. Ensaios FEE, Porto Alegre/RS, v. 6, n. 2, p. 23-55, 1985.
- BENETTI, Maria Domingues. **Origem e formação do cooperativismo empresarial no Rio Grande do Sul: Uma análise do desenvolvimento da COTRIJUI, COTRISA e FECOTRIGO 1957/1980**. FEE Teses, Porto Alegre/RS, n. 5, 3ª impressão, set. 1992. 171 p.
- BENETTI, Maria Domingues. **Reestruturação do agronegócio no Brasil e no Rio Grande do Sul, nos anos 90**. Ensaios FEE, Porto Alegre/RS, n. 61, p. 7-15, out. 2000.
- CONAB. Companhia Nacional de Abastecimento. **Série Histórica da Capacidade Estática**. 2016. Disponível em: <https://www.conab.gov.br/armazenagem/serie-historicada-armazenagem/>. Acesso em: 15 dez. 2020.
- CORADINI, Odacir Luiz; FREDERICQ, Antoinette. **Agricultura, cooperativas e multinacionais**. Coleção Agricultura e Sociedade, Rio de Janeiro: ZAHAR Editores, 1982. 184 p.
- CUNHA, Roberto Costa César. **A geoeconomia da cadeia produtiva da soja no Brasil**. 2020. 313p. Tese (Doutorado) - Curso de Geografia, PPGG-UFSC, Florianópolis, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/220433>. Acesso em: 10 mar. 2021.
- DELGADO, Guilherme Costa. **Capital Financeiro e Agricultura no Brasil: 1965-1985**. São Paulo: Unicamp/Ícone, 1985. 237 p.
- ESPÍNDOLA, Carlos José. **As agroindústrias de carne no Sul do Brasil**. 2002. 261 f. Tese (Doutorado) - Curso de Geografia, FFLCH/USP, São Paulo, 2002.
- EW, Aní Reni. **Reestruturação do cooperativismo agropecuário no Rio Grande do Sul: estudos de caso – década de 90**. 2001. Dissertação (Mestrado) - Curso de Economia Rural, PGDR/UFRGS, Porto Alegre, 2001.

- FARIAS, Fernando. **A dinâmica geoeconômica do cooperativismo agropecuário do Sul do Brasil**. 2015. 327 f. Tese (Doutorado) – Curso de Geografia, PPGG-UFSC, Florianópolis, 2015.
- FILHO, Miguel H. da Cunha; PINHEIRO, José César V. **Algumas considerações sobre o cooperativismo agrário brasileiro**. SOBER, 2008. Disponível em: <http://www.sober.org.br/palestra/12/10P467.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2021.
- FLEURY, Maria Tereza Leme. **Cooperativas agrícolas e capitalismo no Brasil**. Teses 11, São Paulo: Ed. Global, 1983. 152 p.
- GONÇALVES, José Sidnei. **Capitalismo e cooperativismo na agricultura**. Relatório de Pesquisa do Instituto de Economia Agrícola, São Paulo, 1987. 47 p.
- GONÇALVES, José Sidnei; VEGRO, Celso Luis R. **Crise econômica e cooperativismo agrícola**: Uma discussão sobre os condicionantes das dificuldades financeiras da Cooperativa Agrícola de Cotia (CAC). Agricultura em São Paulo, São Paulo, v. 41, n. 2, p. 57-87, 1994.
- IBGE. **Anuário estatístico do Brasil 1941/1945**. Rio de Janeiro: IBGE, v. 6, 1946.
- IBGE. **Censo Agropecuário 1995/1996**. Rio de Janeiro: IBGE, 1997. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censoagropecuario-1995-1996>. Acesso em: 10 jan. 2021.
- IPARDES. **Cooperativas de produção agropecuária no Paraná**. Curitiba/PR: Diagnóstico e análises, 1974. 535 p.
- KUHN, Míriam Jardim. **Um panorama regional das cooperativas de produção no Rio Grande do Sul - 1980-90**. Indicadores Econômicos FEE, Porto Alegre/RS, v. 23, n. 1, p. 280-305, 1995.
- LOPES, Mauro de Rezende *et al.* (org.). **Gestão estratégica e reformas nas cooperativas agropecuárias brasileiras: Agronegócio cooperativo: reestruturação e estratégias**. Viçosa/MG: UFV, Departamento de Economia Rural, 2002. 305 p.
- MAMIGONIAN, Armen. **Estudo Geográfico das Indústrias de Blumenau**. Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, n. 3, p. 63-154, jul./set. 1966.
- MARANDOLA, Maria Eduvirge; RODRIGUES, Rossana Lott. **Cooperativismo agropecuário no Paraná: Evolução X Doutrina**. SEMINA: Ciências Sociais e Humanas, Londrina/PR, v. 10, n. 3, p. 163-172, 1989.
- MDIC. **Estatísticas do comércio exterior**. Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior, 2015.
- NETO, Sigismundo Bialoskorski. **Cooperativas agropecuárias no estado de São Paulo: uma análise da evolução da década de 1990**. Informações Econômicas, São Paulo, v. 5, n. 8, p. 7-17, ago. 2005.
- OCB. **Números do Cooperativismo Brasileiro**. Disponível em: www.ocb.org.br/numeros. Acesso em: 7 nov. 2020.
- OCB. **Números do Cooperativismo Brasileiro**. Brasília/DF: OCB/GERMEC, 2002.
- OCEPAR. **O cooperativismo paranaense**. Curitiba/PR, 2000.
- OCEPAR. **Organização das Cooperativas do Estado do Paraná**. Curitiba/PR. Disponível em: <http://www.ocepar.org.br>. Acesso em: 30 nov. 2020.

- OCERGS. **Organização das Cooperativas do Estado do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre/RS. Disponível em: <http://www.ocergs.org.br>. Acesso em: 30 nov. 2020.
- OCESC. **Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina**. Florianópolis/SC. Disponível em: <http://www.ocesc.org.br>. Acesso em: 5 dez. 2020.
- PADILHA, Wilian. **Capital financeiro e cooperativismo agropecuário da Região Sul**. 2019. 457p. Tese (Doutorado) - Curso de Geografia, PPGG-UFSC, Florianópolis, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/214930/PGCN0712-T.pdf?sequence=-1&isAllowed=y>. Acesso em: 10 dez. 2020.
- PADILHA, Wilian; ESPÍNDOLA, Carlos José. **O BNDES e o cooperativismo agropecuário brasileiro depois de 2000**. Revista de Política Agrícola, Brasília/DF, v. 19, n. 2, p. 102-118, abr./maio/jun. 2020. Disponível em: <https://seer.sede.embrapa.br/index.php/RPA/article/view/1512/pdf>. Acesso em: 20 fev. 2021.
- PANZUTTI, Ralph. **Sistema financeiro e cooperativas agrícolas**. Apresentação Oral SOBER, Universidade Paulista, São Paulo, p. 1-20, 2008. Disponível em: <http://www.sober.org.br/palestra/6/634.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2021.
- RANGEL, Ignácio. **Economia Milagre e Anti-Milagre**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1985. 93 p.
- SEABRA, Manuel Gonçalves. **As cooperativas mistas do estado de São Paulo**. Universidade de São Paulo, São Paulo: IGEOG-USP, 1977. 270 p. (Série Teses e Monografias n. 30)
- SERRA, Elpídio. **A participação do Estado na Formação e desenvolvimento das cooperativas agrícolas no Brasil**. Revista de Geografia Agrária: Campo e Território, Maringá/PR, v. 16, n. 8, p. 6-37, ago. 2013.
- SETTI, Eloy Olindo. **Cooperativismo Paranaense: OCEPAR 40 anos construindo o futuro**. Curitiba/PR: OCEPAR, 2011. 360 p.
- SILVESTREIN, Alvirio. **Bodanese, a geração de um pioneiro**. 2. ed. Chapecó/SC: Editora Mercur, 1999. 448 p.
- SUZIGAN, Wilson; FURTADO, João. **Política Industrial e Desenvolvimento**. Revista de Economia Política, v. 26, n. 2, p. 163-185, abr./jun. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rep/v26n2/a01v26n2.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2020.
- VALOR ECONÔMICO. **Valor 1000**. 2020. Disponível em: <https://www.valor.com.br/valor1000/>. Acesso em: 12 fev. 2021.

Submetido em abril de 2021

Aceito em agosto de 2021